

A realidade das pequenas empresas

Joseph Couri (*)

No segundo semestre de 2017, foi aprovada uma nova lei de parcelamento de dívidas tributárias para empresas de todos os portes, Pert, como ficou conhecida

Iniciativa gerou expectativas entre os empresários, inclusive entre os micro e pequenos, que haviam sido incluídos no texto enviado pelo congresso ao executivo. Porém, o governo vetou a parte da emenda que se referia às empresas do Simples Nacional, excluindo-as da possibilidade de regularização via parcelamento de suas dívidas tributárias, com a alegação de que isso só poderia ser feito por meio de lei complementar.

Ainda em 2017, no final do ano, foi aprovada na Câmara e no Senado, uma lei complementar que novamente possibilitaria o parcelamento de dívidas tributárias das micro e pequenas empresas. O texto foi enviado para sanção, porém, o governo federal o vetou integralmente, prejudicando os empresários e trazendo insegurança aos micro e pequenos.

O Pert vetado pelo governo previa a negociação dos tributos vencidos até novembro de 2017, com o pagamento à vista de 5% do valor total devido e descontos de até 90% dos juros e 70% das multas, além do parcelamento do montante restante em até 145 meses. Os empresários poderiam aderir ao parcelamento em até 90 dias após a Lei entrar em vigor.

Foi noticiado que houve uma negociação, entre o executivo e o legislativo, para a quebra do veto presidencial assim que o Congresso retorne do recesso. Porém, é necessário alertar que o retorno acontece em fevereiro, e que o prazo máximo para as micro e pequenas empresas, devedoras ou não, aderirem ao Simples Nacional e ao parcelamento ordinário atual é 31 de janeiro. Portanto, mesmo que o veto seja realmente quebrado, tal medida será inócua, pois muitas micro e pequenas empresas serão excluídas do Simples, impossibilitando a opção pelo novo parcelamento da dívida tributária que vier a ser aprovado.

Se essas empresas forem excluídas do Simples vão encarar ainda mais dificuldades para viabilizar sua operação, podendo até encerrarem suas atividades ou migrarem para a informalidade. Quaisquer das duas situações serão retrocessos inadmissíveis e prejudiciais para as empresas, mercado interno e, conseqüentemente, para o Brasil.

Neste vai e volta, falta ao governo considerar que as empresas deixaram de pagar os impostos por falta de capital e de linhas de crédito adequadas a um período de crise, e não porque assim o desejaram. Honrar as contas dentro dos prazos e manter o bom funcionamento da empresa é a vontade da maioria dos empresários. Cabe ressaltar que a resseção acentuou-se em setembro de 2014, e que foi gerada por uma crise política que afetou a economia Brasileira como um todo.

Os micro e pequenos empresários não vêm sendo beneficiados pelo governo e a melhoria do ambiente de negócios ainda é insuficiente. Estes empresários demandam o verdadeiro tratamento constitucional, pois são as molas propulsoras do desenvolvimento nacional. Mesmo diante de tantas dificuldades, a categoria continua em atividade na tentativa de superá-las.

Compreende-se o momento fiscal em que o governo está e a necessidade de arrecadar tributos. O Pert é, justamente, uma oportunidade para que se arrecade o que não foi possível obter no passado. O otimismo entre os empresários para 2018 aumentou, como aponta a 58ª rodada da pesquisa Simpi, principalmente por conta da recuperação estável do último trimestre, apesar de ocorrer a partir de uma base deteriorada. Ao todo, 67% dos micro e pequenos industriais preveem que alcançarão resultados positivos no ano que se inicia.

Para que essas expectativas de melhora se concretizem, são necessárias macro políticas públicas que permitam a melhoria contínua do ambiente de negócios para os pequenos empresários.

(*) - É presidente do Sindicato da Micro e Pequena Indústria (Simpi) e da Assimipi - Associação Nacional dos SIMPI.

Apesar de fim do recesso, Congresso só iniciará trabalhos dia 5

Apesar de o fim do recesso parlamentar ser na próxima sexta-feira (2), os deputados e senadores devem retornar a Brasília apenas na segunda-feira da próxima semana, 5 de fevereiro, quando haverá a sessão solene de início dos trabalhos

O motivo é a impossibilidade regimental de haver, no mesmo dia da abertura, votações na Câmara e no Senado.

Como 2 de fevereiro, data constitucional para fim do recesso de deputados e senadores, cairá numa sexta-feira, a Secretaria-Geral da Mesa do Senado decidiu prorrogar o início oficial do ano parlamentar para o início da semana seguinte. "Na prática, nós teríamos que custear as passagens dos parlamentares para Brasília exclusivamente para uma solenidade de abertura, sem votar nada [na sexta-feira]. Então, achamos mais eficiente e econômico abrir na segunda-feira. E mantemos, assim, a sessão deliberativa ordinária para a terça-feira à tarde", disse o secretário-geral, Fernando Bandeira de Mello Filho.

O início do ano legislativo



Os deputados e senadores devem retornar a Brasília apenas na segunda-feira da próxima semana, 5 de fevereiro.

de 2018 será menos solene, já que, diferentemente dos anos ímpares, não haverá eleição dos presidentes da Câmara nem do Senado. Os chefes das duas Casas Legislativas são eleitos a cada dois anos, não podendo

ser reeleitos exceto quando há mudança de uma legislatura para outra, a cada quatro anos.

Atualmente, o presidente do Senado é Eunício Oliveira (PMDB-CE), eleito em 2017 para substituir o senador Re-

nan Calheiros (PMDB-AL). A Câmara é comandada pelo deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), que assumiu em julho de 2016 após a queda de Eduardo Cunha (PMDB-RJ), preso pela Operação Lava Jato. Durante a sessão, como ocorre todos os anos, será lida uma mensagem encaminhada pelo Poder Executivo aos parlamentares, com os projetos e as expectativas consideradas prioritárias pelo governo federal em 2018.

Caso o presidente Michel Temer não compareça ao evento, que começa às 17h, o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha ou algum outro membro do governo poderá representá-lo. Os parlamentares devem ficar mais uma semana de folga sete dias depois do início dos trabalhos, já que o feriado de carnaval cai em 13 de fevereiro este ano (ABR).

Sancionada lei que incentiva denúncias anônimas

Foi sancionada neste mês a Lei 13.608/18, que permite a estados organizarem seus serviços de disque-denúncia e que define regras para o pagamento de recompensa a quem auxiliar em operações policiais. A nova lei teve origem no projeto do deputado Beto Mansur (PRB-SP). O texto estabelece que veículos de transporte público têm que informar de forma clara e visível o número do disque denúncia da localidade.

Além disso estados e municípios poderão estabelecer recompensas em dinheiro, para denúncias que levarem à solução de crimes. Beto Mansur afirma que o gasto com o pagamento de recompensas será muito inferior aos prejuízos causados por ações criminosas. "Todo tipo de denúncia que for consistente vai poder ter algum tipo de recompensa em dinheiro. Isso incentiva quem vê um delito ou está num grupo que comete algum tipo de delito e, em troca de algum dinheiro, denuncia esse grupo que, muitas vezes, é muito mais nocivo para a sociedade do que o eventual pagamento".

Senado debaterá projetos para aumentar a produtividade da economia

Dar continuidade à Agenda Microeconômica para melhorar a produtividade da economia será uma das tarefas do Senado para este ano, segundo o presidente da Casa, senador Eunício Oliveira. Dois projetos nesse sentido foram aprovados no final de 2017. Entre os textos que aguardam a análise dos senadores estão o do Código de Defesa do Contribuinte e o que cria o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

A lista de projetos prioritários para melhorar a economia e reduzir o chamado custo Brasil, que causa perda de competitividade ao país, foi resultado de um grupo de trabalho criado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Em novembro, quando foi apresentado o relatório, o presidente do grupo, senador Armando Monteiro (PTB-PE), explicou que a estagnação da produtividade é resultado de cenários complexos na área tributária, nas relações do trabalho e no comércio exterior. "Todas as propostas têm um elemento comum: custo fiscal zero. Ou seja, esta agenda não tem impacto fiscal. São medidas de desburocratização, de simplificação", afirmou o senador.



Armando Monteiro e Tasso Jereissati estão à frente do debate sobre mudanças na economia.

De acordo com o presidente da comissão, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), o maior desafio, após a criação da agenda, é tirar as mudanças do papel e aprovar os projetos para que as novas regras possam valer. O presidente do Senado já afirmou que pretende tratar essas matérias como prioridade. A ideia é que os projetos da área sejam votados em uma semana temática no Plenário. "Eu quero sugerir que façamos, aqui, uma semana de debates e de aprovação de matérias que possam ajudar o Brasil na retomada de sua economia, na geração de emprego e de renda para a sociedade brasileira", disse Eunício Oliveira, em novembro.

Dois dos projetos foram aprovados ainda em 2017. O que determina que o chefe da Casa Civil preste contas semestralmente à Comissão de Assuntos Econômicos sobre as ações com objetivo de incrementar a produtividade, reduzir o custo Brasil e melhorar o ambiente de negócios. Já o outro projeto muda critérios para isenção do ISS sobre as exportações de serviços. A proposição determina que são isentas todas as exportações de serviço, quando os benefícios do serviço se dão em território estrangeiro e há ingresso de divisas no país. O texto ainda terá de ser aprovado pela Câmara (Ag.Senado).

Projeto acaba com o uso de 'excelência' e 'doutor' no tratamento a autoridades

Projeto para acabar com o "Vossa Excelência" e todos os outros pronomes de tratamento direcionados às autoridades, com exceção das palavras "senhor" e "senhora", aguarda escolha de relator na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. A proposta que põe fim ao modo cerimonioso de tratar detentores de cargos públicos foi apresentada em setembro do ano passado pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR) depois que a procuradora da República Isabel Vieira protestou, ao ser chamada de "querida" pelo ex-presidente Lula em depoimento ao juiz Sérgio Moro. Ela exigiu a forma protocolar devida.

Requião diz, na justificativa do projeto, que chamar juízes, procuradores e políticos de "excelência" ou "doutor" é um contrassenso à democracia, pois as autoridades devem estar a serviço do povo. "Verificam-se incabíveis, em uma democracia, a continuidade de tratamento protocolar herdado da monarquia. Na democracia, todos são iguais ou pelo menos deveriam ser", argumenta o parlamentar.

Conforme o projeto, fica proibido o uso de pronomes de tratamento, excepcionadas as

palavras "senhor" e "senhora" em correspondências e documentos oficiais. A proposta também autoriza o cidadão a utilizar as palavras "você" ou "tu" quando dirigir-se a qualquer detentor de cargo público ou mesmo optar por não usar qualquer pronome de tratamento ao falar com autoridades. Qualquer exigência nesse sentido feita por servidores ou detentores de cargos públicos, expressa ou velada, será configurada como crime de injúria discriminatória.

A ideia, segundo Requião, é assegurar tratamento igual para todos e "evidenciar para o cidadão mais simples que ele não é menor do que o presidente da República". Segundo o senador, o único direito que autoridades têm é de serem respeitadas. "Creio que, quando Lula chamou a Procuradora de 'querida', deu um bom exemplo de cordialidade e respeito que deveriam permear as relações humanas. É possível, porém, que ela não fosse do tipo de desejasse ser querida, mas que fosse do tipo que prefere ser chamada de 'excelência'. Vaidade das vaidades", diz Requião em sua justificativa (Ag.Senado).

Congresso volta aos trabalhos na expectativa de votar a reforma da Previdência

O ano legislativo se inicia nesta sexta-feira (2) com as atenções voltadas para a reforma da Previdência em análise na Câmara. Esse deverá ser o tema central a partir da segunda-feira (5), quando será realizada a sessão solene de abertura dos trabalhos legislativos. O presidente do Congresso, senador Eunício Oliveira, decidiu adiar a sessão inaugural de sexta para segunda-feira para garantir a presença dos parlamentares.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, já reafirmou que vai manter o calendário anunciado no ano passado para a reforma da Previdência, que prevê o início da discussão a partir do dia 5 e votação para a sessão logo após o carnaval, no dia 19. O relator da proposta, deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), deverá apresentar um novo texto sem alterar regras do benefício de



Rodrigo Maia vai manter o calendário da reforma da Previdência com votação prevista para depois do carnaval.

prestação continuada – voltado a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda – e sem modificar substancialmente a regra do tempo de contribuição para aposentadorias pelo Regime Geral de Previdência.

Queimar ônibus pode virar crime imprescritível

A Câmara dos Deputados analisa proposta que torna inafiançável e imprescritível a prática do crime de queima de ônibus e de atrapalhara ordem pública. A proposta foi apresentada pelo deputado Heuler Cruvinel (PSD-GO) e prevê pena de reclusão para o crime. "É necessário que a nossa Constituição declare esse crime imprescritível, como o fez com o crime de racismo", disse o parlamentar.

"Só assim teremos a garantia de que os crimino-

ssos serão efetivamente punidos, que a justiça será feita e de que chegaremos um dia à diminuição da prática dessa violência tão abjeta", completou. A admissibilidade da proposta será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça. Caso seja aprovada, a proposta será analisada por comissão especial constituída especificamente para esse fim. Em seguida, será votada em dois turnos pelo Plenário (Ag.Câmara).

Cargos comissionados poderão exigir qualificações técnicas

As nomeações para cargos em comissão, de direção e funções na administração pública direta e indireta, poderão passar a observar obrigatoriamente as qualificações técnico-profissionais exigidas para o seu exercício. É o que determina a proposta que tramita na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. O objetivo, segundo seu autor, o senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), é o de, a partir da exigência de qualificação, contribuir para desvincular as nomeações do apadrinhamento político, combatendo assim a troca de favores e a corrupção na máquina pública.

Ataídes diz ter levado em conta a indignação popular com escândalos de corrupção como os revelados pela Operação Lava Jato. Para ele, a aprovação da proposta dará ao país "uma nova concepção de administração pública, capaz de desvincular o nomeado para cargo público do seu padrinho político, assegurando, assim, que o compromisso e a fidelidade do servidor investido de cargo ou função pública devam ser com o poder público e não com o político que pode vir a cobrar o pagamento do favor prestado com a prática de corrupção".

A matéria já recebeu relatório favorável do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG). O relator apresentou emenda para retirar do texto a proibição de "nomeação ou exoneração baseada em critérios político-partidários para cargos em comissão". Anastasia afirma que a aplicação prática desse texto seria inviável, "em vista da extrema dificuldade de comprovação de que uma nomeação ou exoneração tenha sido levada a efeito por razões políticas ou partidárias" (Ag.Senado).